

O APRIMORAMENTO INTELECTUAL COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA AO (NEO) CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

*Luan Bezerra Costa*¹

*Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá*²

Resumo

Posto que com o processo de reestruturação capitalista, cujas transformações no mundo do trabalho demandam a adequação da atuação profissional para responder os interesses neoliberais, verificando-se o fortalecimento de práticas imediatistas, moralistas, pragmáticas e conservadoras, busca-se com a presente reflexão teórica discutir sobre o aprimoramento intelectual como compromisso ético-político e um dos instrumentos para enfrentar os avanços do (neo) conservadorismo no Serviço Social. As reflexões ora articuladas se desenvolvem pela necessidade de se promover o aprimoramento profissional a partir da teoria crítica marxista, reconhecendo que este se configura como um importante instrumento estratégico para o desvelamento das condições e contradições estabelecidas no cenário contemporâneo. Concebe-se que o alcance da materialização do Projeto Ético-Político Profissional e a superação do sistema de alienação na ordem capitalista, perpassa pela apreensão, a análise e mediação crítico-reflexiva da realidade em que se insere o profissional de forma permanente. Destarte, o construto em questão compreende que o processo educativo-formativo profissional não se limita ao cenário acadêmico, pois a intervenção profissional possui caráter pedagógico, não se podendo desvincular a prática da teoria crítica e que o cotidiano de trabalho é um lócus possível de superação da alienação.

Palavras-chave: aprimoramento profissional. serviço social. conservadorismo.

Abstract

Since with the process of capitalist restructuring, whose transformations in the world of work demand the adequacy of professional performance to respond to neoliberal interests, verifying the strengthening of immediate, moralistic, pragmatic and conservative practices, the present theoretical reflection seeks to discuss intellectual improvement as an ethical-political commitment and one of the instruments to face the advances of (neo) conservatism in Social Work. The reflections articulated here are developed by the need to promote professional improvement based on Marxist critical theory, recognizing that this is configured as an important strategic instrument for unveiling the conditions and contradictions established in the contemporary scenario. It is conceived that the reach of the Professional Ethical-Political Project materialization and the overcoming of the system of alienation in the capitalist order, pervades the apprehension, the critical-reflexive analysis and mediation of the reality in which

¹ Assistente Social, Mestrando em Serviço Social no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: alecrimlbc@gmail.com

² Assistente Social, professora de Serviço Social da UFPE. Doutora em Filosofia pela Pontificia Università Salesiana di Roma. Coordenadora do GEPE. E-mail: ethisophias@gmail.com. Obs. A participação de Alexandra Mustafá neste artigo se percebe nas notas de rodapé assinaladas pela sigla (MASMM).

the professional is inserted in a permanent way. Thus, the construct in question understands that the professional educational-training process is not limited to the academic scenario, as the professional intervention has a pedagogical character, and the practice of critical theory cannot be separated and that the daily work is a possible locus of overcoming of alienation.

Keywords: professional development, social work, conservatism.

INTRODUÇÃO

É incontestável perceber que o enfrentamento ao conservadorismo não só não é uma novidade para o Serviço Social, apresentando-se como constante de desvelamento e desconstrução no cotidiano do exercício profissional, é também uma necessidade para materializar o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social, e de experienciá-lo no interior dos setores e serviços em que a categoria atua³.

Compreendendo que o PEP do Serviço Social se constituiu enquanto expressão de enfrentamento ao conservadorismo dialeticamente à tentativa de seu enfrentamento, ao discorrer sobre as análises conservadoras que tendem a dissociar a teoria social crítica de Marx da prática do Assistente Social, Boschetti (2015) acentua que o conservadorismo sempre esteve presente na formação e no trabalho profissional implícita ou explicitamente.

Com efeito, entendendo que a formação profissional e o conservadorismo são temas recorrentes no Serviço Social, tanto no âmbito acadêmico quanto em congressos e produções impulsionadas pela categoria, almeja-se aqui discutir sobre o aprimoramento intelectual como compromisso ético-político e um dos instrumentos para enfrentar os avanços do (neo) conservadorismo no Serviço Social.

Esta reflexão teórica se norteia pelo décimo princípio do Código de Ética do Assistente Social que dispõe sobre o “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”,

³ O Congresso da Virada de 1979 foi o marco que definiu esta postura do Serviço Social no enfrentamento ao conservadorismo teórico e prático da profissão. Isto se revela nos códigos de ética profissional de 1986 e 1993 que foram formulados especificamente após tal congresso ratificando a perspectiva teórica marxiana e consolidando um projeto ético-político-profissional articulado ao projeto societário de transformação social. Todavia na atualidade as tendências conservadoras podem ser rastreadas dentro e fora da profissão. No seu interior as lutas identitárias com matizes de pós-modernismo se afirmam e ameaçam a concepção de uma transformação societária em prol da fragmentação das lutas sociais, mesmo porque é bom que se percebas com clareza que a pós-modernidade é uma elaboração anti-marxiana, pois ela ousa apresentar-se exatamente após a queda do Muro de Berlim, buscando dar um golpe final na validação do marxismo no mundo. Do ponto de vista externo temos o movimento da direita internacional que ao se articular mundialmente atua nos países de sua influência, como o Brasil de forma a acirrar práticas conservadoras e falso moralistas, na defesa da perpetuação do capital, o que vai de encontro a todos os princípios éticos da formação e exercício profissionais. (MASMM)

contemplando-o também enquanto um direito e dever conforme dispõe a Lei que regulamenta a profissão.

Enquanto proposta crítico-reflexiva sobre a importância da busca constante pelo aprimoramento intelectual no processo de formação e atuação profissional, este artigo se desenvolve a partir das discussões promovidas durante a disciplina eletiva de *Ética, Estado e Sociedade* do Programa de Mestrado Acadêmico em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ministrado pela professora doutora Alexandra Mustafá.

Assim, além de se estabelecer reflexões a respeito de questões pertinentes à atuação, formação e compromisso ético-político no Serviço Social, essa discussão apresenta alguns dos apontamentos discutidos durante a disciplina quanto aos desafios encontrados na formação profissional para materialização do Projeto Ético-Político Profissional e superação do sistema de opressão e exploração capitalista mediante análise teórico-crítica de Marx.

Essa discussão se revela pertinente e necessária não só por ser uma temática inerente à formação e à qualificação profissional, como pelas reverberações das transformações societárias, das alterações na legislação e nas políticas sociais, das mudanças e precarização no mundo do trabalho, dentre outros fatores que expressam a questão social, implicando direta e indiretamente nas estratégias de enfrentamento e de intervenção profissional, culminando em práticas conservadoras e fragmentárias como desafios postos ao Serviço Social.

1. O Aprimoramento Intelectual como Compromisso Ético-Político do Serviço Social: Necessário, Crucial e Inerente à Competência Profissional

Discutir sobre o aprimoramento profissional do Assistente Social, além de não ser uma necessidade recente ou pouco refletida, é crucial para que se pense em estratégias que viabilizem cada vez mais a promoção da igualdade, liberdade e justiça social, dentre outros valores que orientam o Projeto Ético-Político do Serviço Social (CFESS, 2012), posto que segundo Barroco (2011) o atual cenário político e econômico potencializa a reatualização do conservadorismo na própria profissão. Corroborando o pensamento de Barroco, Santos (2010) considera que:

[...] o capital desenvolve estratégias que visam o enfrentamento da sua própria crise e restauração da sua hegemonia sem ameaças quanto à constituição do poder político da classe trabalhadora. Utiliza variadas ações que, ao reestruturar a produção, define padrões de atuação do Estado frente à questão social, mas, também, impregna nas relações sociais, valores que orientam os indivíduos em sua conduta pessoal e profissional. Trata-se da formação e disseminação de um *ethos*, sempre atualizado conforme as necessidades do capital. (Santos, 2010, p. 698).

As constantes transformações ocorridas no bojo do capitalismo, principalmente num contexto de crise política e econômica no cenário brasileiro, refletem-se nas expressões da *questão social*⁴ incidindo na vida dos sujeitos e em novas exigências às demandas apresentadas aos Assistentes Sociais - no atendimento destas, no processo formativo e na organização política da categoria (Koike, 2009; CFESS, 2012; Nascimento, Horst, 2019; Oliveira, 2022). Observando-se que:

Nesse contexto em que o capitalismo busca saídas para seus próprios limites, refletir sobre o processo educativo-formativo dos assistentes sociais requer cuidadosa avaliação crítica desse estágio do capitalismo, do significado da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, de seus vínculos com o real e da opção política que os sujeitos da profissão imprimem aos projetos profissional e societário. (Koike, p. 1, 2009).

Quanto a isso, Oliveira (2022) é cirúrgica ao salientar que no âmbito das relações de trabalho, havendo a sujeição do/a assistente social às condições tecnicistas e mecânicas estabelecidas pelos espaços sócio-ocupacionais, a/o profissional tende a ter restrita a qualidade e potencialidade do atendimento às demandas dos usuários em detrimento das demandas institucionais, pois o processo de trabalho perpassa por elementos que desconfiguram a natureza profissional e a criatividade desta em função do movimento de *alienação*⁵. Nascimento e Horst (2019) corroboram com a autora ao destacar que:

No âmbito do Serviço Social, uma vez que a atuação desses profissionais está orientada para responder à demanda das classes subalternas ao acesso a serviços e às políticas sociais, os mesmos enfrentam, diretamente, o impacto extremamente negativo das contrarreformas em curso. Convivem com a angústia resultante de um aumento desenfreado da demanda de nossos usuários (acirrada pelo rebaixamento das condições de vida) paralela à brutal precarização dos serviços públicos que, por sua vez, restringe a capacidade de resposta profissional. (Nascimento; Horst, 2019, p. 58-59)

Essa reflexão, assim como seu aprofundamento, permeia elementos mediados pela dinâmica contraditória da realidade social em sua totalidade vinculada às particularidades da intervenção profissional (CFESS, 2012). Já que não só há uma necessidade de atualizar o processo de formação da categoria profissional, como também de identificar e elaborar estratégias para enfrentar os desafios postos à esta, inclusive em sua própria formação.

⁴ Sobre as novas determinações imbricadas à questão social contemporânea no contexto de mudanças no mundo do trabalho, ver: Pastorini (2004) In: A categoria “Questão Social” em debate; e Potyara Pereira, Iamamoto e Yazbek In: Revista Temporalis n° 3.

⁵ Nas palavras de Barroco (2006, p. 87): “A alienação que perpassa as várias esferas da vida social contribui para que a totalidade social seja fragmentada em instâncias abstratas, desvinculadas das relações de poder, de classe, de trabalho. [...]”.

Infere-se que refletir sobre o “processo educativo-formativo” é essencial para a análise e desvelamento da realidade social, bem como planejamento e desenvolvimento de estratégias de intervenção, tendo em vista que:

Esse terreno, que atualiza a afirmação da qualidade do exercício da profissão na garantia do atendimento às necessidades e interesses dos/as trabalhadores/as, é fundamental numa época em que a humanização da vida se confunde com o consumo, o mundo do dinheiro e a posse das mercadorias – reforçando o fetichismo da mercadoria. (CFESS, 2012, p.9)

Importa ressaltar que a adoção de um direcionamento sociopolítico, cuja base do projeto ético-político profissional confere ao assistente social a capacidade de criticar a si mesmo e a sociedade na qual se insere, é um processo que muito além de ter se instituído, está em desenvolvimento. Nesse sentido, recorda-se que é na razão dialética (humanista, histórica e crítica) que impera a consciência dos fins e de seus conteúdos ético-políticos, de tal forma que não é possível agir profissionalmente sem assumir um posicionamento sobre a realidade em que se atua (Guerra, 2023).

Tendo claro que o fazer profissional do Assistente Social não se revela neutro (quanto aos seus valores e princípios ético-políticos) na realidade em que se insere, reforça-se a compreensão de Iamamoto (2015) quanto ao fato de que: “[...] pensar o Serviço Social na reprodução das relações sociais significa afirmar que ele participa de um mesmo movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria as possibilidades de sua transformação” (p. 25).

Nesse processo, é importante recordar que a maturação teórica e política da vertente de ruptura com o tradicionalismo no Serviço Social, à luz do método do materialismo histórico-dialético de Marx e da aproximação com a perspectiva de intelectual orgânico em Gramsci, possibilitou aos assistentes sociais reconhecerem entre suas funções a dimensão da ação educativa a serviço da classe trabalhadora no movimento de transformação da ordem social hegemônica (Barroco, 2006).

Tal vertente exprime em si a necessidade de se desenvolver uma intervenção profissional com um posicionamento teórico-crítico claro, refletido e orientado em valores ético-políticos que permitam superar ações mecanicistas, pragmáticas, moralistas, acríicas, entre outros valores e referenciais que orientaram os códigos de ética anteriores ao de 1986 e de 1993.

À vista disso, discutir sobre o aperfeiçoamento profissional a partir do direcionamento assumido no Código de Ética de 1993 implica demarcá-lo do ponto de vista de ser este uma

condição fundamental e constitutiva da profissão no que concerne aos aspectos teórico-metodológicos pertinentes aos espaços em que se insere o/a assistente social (Oliveira, 2022).

Com isso, entende-se que a busca pelo aperfeiçoamento profissional transcende ao âmbito acadêmico (graduação e pós-graduação), imbricando-se especialmente no espaço do cotidiano das relações e processos de trabalho. As reflexões que aqui se tecem, comungam com Oliveira (2022) e Cardoso, Rodrigues e Nunes (2020) em face do que se manifestam as entidades⁶ representativas do Serviço Social quanto à compreensão de que o processo formativo acadêmico-profissional não se reduz no imediatismo e tecnicismo imposto no cenário institucional ou enquanto produto mercadológico em resposta aos interesses do Capital.

Em outras palavras, concebe-se que o aprimoramento profissional se dá como *processo contínuo*⁷, o que significa que ele não termina na graduação ou pós-graduação, verificando-se, assim, a educação permanente como necessária para todas as profissões e áreas do saber em face das determinações sócio-históricas que permeiam a atuação profissional (CFESS, 2012).

A partir do exposto, compreendendo que a “formação profissional é um processo permanente de qualificação e atualização, porque exige deciframento cotidiano dessa realidade social [...]” (CFESS, 2012), o Conjunto CFESS-CRESS elaborou em 2012 a Política de Educação Permanente, fortalecendo o princípio do Código de Ética Profissional que trata sobre o “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 2012)⁸.

Orientada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, se apoia na perspectiva emancipatória-libertária e na educação popular, contrapondo-se à tendência do imediatismo e extrapolando a formação para qualificação profissional voltada aos interesses do Capital (CFESS, 2012), servindo como: “[...] instrumento para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política.” (CFESS, 2012, p. 15-16).

⁶ Refere-se aqui aos órgãos político-organizativos do Serviço Social: CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO.

⁷ A noção que se adota para compreensão da formação continuada é ancorada na perspectiva que contrapõe o ideário neoliberal de reciclagem, capacitação, treinamento, etc., com vistas à adequação do processo de trabalho às demandas e interesses da instituição contratante.

⁸ É de importância fundamental, nestes tempos pós-pandêmicos, perceber que aprimoramento profissional se encontra numa situação de grande desafio, pois novas concepções provenientes dos novos dados que a situação pandêmica ofereceu para a profissão nos desafiam a ampliar em muito a nossa formação profissional. Exemplo disso é um reforço necessário a ser dado na formação a respeito do marxismo, entendendo-se também a necessidade de se suscitar e acompanhar o debate das novas estratégias que se fazem necessárias depois daquele trágico evento. O capitalismo com aquilo se mostrou não mais possível de ser considerado sustentável e a transformação societária passa agora a ser percebida como urgente e necessária. Sendo assim, a formação em Serviço Social está desafiada a incluir em si mesma novas considerações sobre a necessidade de se propor para a massa o fim do capitalismo. Essas colocações iniciais irão receber de nós mais aprofundamentos, em momentos subsequentes. (MASMM)

Em face disso e considerando a dinâmica de produção e reprodução das relações de trabalho e sociais, cujas formas de *alienação*⁹ agem para a manutenção da ideologia burguesa, ao discorrer sobre a educação permanente como possibilidade para superar a alienação no âmbito do cotidiano, Cardoso, Rodrigues e Nunes (2020) recordam que essa temática tem sido impreterivelmente posta à categoria, especialmente desde o final dos anos de 1990 num cenário de reestruturação produtiva.

Para as autoras, existe uma dupla perspectiva que norteia a discussão sobre tal tema, evidenciando a contradição existente na sociedade capitalista em relação à qualificação/capacitação de trabalhadores em que se percebe: a) a exigência de qualificação dos trabalhadores para atender às requisições do Capital e b) a perspectiva de formação, cujo avanço na análise teórico-crítica do cotidiano, viabilize desenvolver práticas alinhadas aos interesses da classe a que pertence (Cardoso; Rodrigues; Nunes, 2020).

Nesse sentido, as reflexões que aqui se tecem caminham sob a direção da segunda perspectiva acima apresentada, partindo da compreensão de que a formação (e a qualificação profissional) - fortalecida pela análise teórica e crítica da realidade e à luz do legado teórico-filosófico-ético de Marx - permite que se articulem ações com potencial de transformação no cotidiano de trabalho mediante o alcance dos interesses da classe trabalhadora.

Pois, como Oliveira (2022) elucida é no âmbito do trabalho e institucional que os profissionais podem, por meio da educação permanente “instituir contrarreferências” ao cenário de desregulamentação dos serviços ofertados, dado que a perspectiva metodológica dela se estrutura no interior das condições sócio-históricas que permeiam a ação profissional no seu lócus de trabalho.

2. A Questão do Conservadorismo na Formação e Atuação do Serviço Social: Considerações para Pensar o Aprimoramento Profissional

Considerando o exposto, notando-se que o/a Assistente Social atua cotidianamente no trato das diversas demandas que lhes são apresentadas, as quais partem de situações singulares dos sujeitos no interior da luta de classes, infere-se que o desafio lançado ao profissional implica desvelar tais realidades observando as dimensões particulares e universais que nelas se concretizam, saindo das *necessidades sociais* para a *reivindicação de direitos* (Iamamoto,

⁹ O processo de alienação (em Marx) que incide nas condições objetivas de produção e reprodução da vida perpassa pelas esferas de relação com o produto, no próprio processo de produção e no estranhamento do homem nesse processo enquanto ser humano genérico (Mustafá, 2020). Ver também Marx (2007), Mészáros (2006), Guerra (2023), e Marx (2013) sobre *o trabalho estranhado e propriedade privada*, In: Ricardo Antunes (Org.) “A dialética do trabalho - escritos de Marx e Engels”.

2015); requisitando do/a profissional a articulação das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (Iamamoto, 2015; CFESS, 2012).

Por esta razão, é importante demarcar que ao se discutir sobre o compromisso com o aprimoramento intelectual da profissão, necessariamente há que se lançar sobre o foco da discussão a relação estabelecida no processo de trabalho no capitalismo, uma vez que esta não só é uma pauta inerente, como constante do processo de formação, assim como as reverberações da crise do Capital sobre estas fortalecendo práticas conservadoras.

Quanto a tais práticas, faz-se um curto parênteses para recobrar o sentido aqui atribuído ao caráter de posturas conservadoras, entendendo-se que no cerne destas há uma negação das descobertas da modernidade e o apreço pelo que já não existe, pela tradição e autoridade de base hierárquica, cuja intenção é preservar a ordem moral da sociedade, identificando nas disputas políticas razões para seu enfrentamento e evitando o questionamento à ordem burguesa estabelecida, como também a negação das dimensões políticas e ideológicas, e até mesmo da teoria social crítica (Barroco, 2006; Netto, 2006).

Não é exagero lembrar que, com o aprofundamento das expressões da questão social a partir da década de 1990 é exigido um novo perfil profissional de Serviço Social, o qual requisita uma formação “adequada” às necessidades e demandas sociais, fazendo com que este seja afetado em seu âmbito de trabalho (Goulart, 2013). Quanto a isso, Iamamoto (2015) elucida que:

[...] a condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho, impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo. (Iamamoto, 2015, p.215)

Com a reestruturação¹⁰ do sistema de produção capitalista e a definição de novos padrões de atuação frente às expressões da questão social, a formação profissional tende a corresponder aos interesses do capitalismo¹¹ (Santos, 2010), o que nas palavras de Netto (2007, p. 40) se torna “[...] profundamente problemática a conversão do ‘projeto ético-político’ em processo real de qualificação do Serviço Social”, posto que, para enfrentar a conjuntura capitalista e renunciar o conservadorismo em sua própria formação e atuação, é necessário articulação e vontade política, nutrindo menos o que ele chama de “ilusões otimistas”.

¹⁰ Tal processo, segundo Giovanni Alves (2007), altera objetiva e subjetivamente as relações de trabalho desde o setor industrial ao de serviços públicos, dado que instala inovações sociais (organizacionais, tecnológicas e sócio-metabólicas) interna e externamente no modo de produção capitalista que através da ofensiva ideológica e material intenta a debilitação ou negação do antagonismo de classes no processo de trabalho.

¹¹ Ver Goulart (2013, p. 4): Sobre a relação de controle social que foi atribuída ao Serviço Social em sua emergência para a promoção da intervenção nas expressões da “questão social”.

Em um contexto de perda de direitos, redimensionamento do Estado para as políticas sociais e, não menos importante, a constante desumanização dispensada no enfrentamento às expressões da questão social, como o que se sucedeu do governo ilegítimo de Michel Temer¹² aos quatro anos caóticos do (des) governo de Jair Bolsonaro, Barroco (2009) salienta que as respostas exigidas aos assistentes sociais os deixa em condição de conflito profissional, dada a sua condição de assalariado e o compromisso com o Projeto Ético-Político profissional.

Não que explique totalmente, mas o cenário suscitado permite o fortalecimento de posturas conservadoras¹³, que conforme esclarece Fernandes (2009), se manifestam na profissão, pela dificuldade de se superar o desafio de transformar a teoria em intervenção capaz de emancipar de fato os sujeitos sociais. Em outras palavras, a dificuldade se concentra na necessidade de se solidificar na prática as referências teóricas que se constroem durante a formação, tornando as mediações ações repletas de pragmatismo (Fernandes, 2009), portanto, o que se tem com isso são leituras simplificadas/fragmentadas da realidade social.

Nesse sentido, Barroco (2006) ao analisar as “bases do compromisso ético-político com valores emancipatórios” no contexto da década de 1990, por exemplo, explica que a conjuntura excludente e destrutiva aprofundada pelo neoliberalismo rebate sobre a categoria profissional tanto na sua condição de sujeito de direitos, quanto de trabalhador assalariado que viabiliza direitos sociais, o que permite compreender o caráter “facilitador de posicionamentos conservadores” diante das determinações sócio-históricas que perpassam o cotidiano das relações sociais.

Sobre isso, convém pontuar que em função da herança conservadora no Serviço Social, assim como da ideologia presente no sistema capitalista, assistentes sociais não são isentos à reprodução alienante de hábitos e valores e que foram internalizados antes mesmo da formação profissional (Barroco; Terra, 2012). Tangenciando o entendimento de que a tendência ao (neo) conservadorismo não é um processo exclusivo do Serviço Social (Boschetti, 2015), pois como explicam Barroco e Terra (2012):

A vida cotidiana é o espaço de reprodução do trabalho do assistente social. As demandas típicas das instituições rebatem na dinâmica da cotidianidade, ganhando consistência, pois a heterogeneidade, a repetição, a falta de crítica, o imediatismo, a fragmentação, o senso comum, o espontaneísmo são atitudes típicas da vida cotidiana repetidas automaticamente em face da burocracia institucional. Ou seja, a burocracia

¹² Vale lembrar a famigerada afirmação feita no contexto de crise político-econômica pelo qual passava o Brasil em 2016, em que ao assumir a Presidência interinamente, para rebater as críticas ao golpe e as medidas de austeridades por ele defendidas, adotou o lema “Não fale em crise, trabalhe”, como indicativo de buscar melhorar o governo e desenvolver reformas “sem alterar direitos já constituídos”.

¹³ Ver Boschetti (2015): salienta que os traços do conservadorismo são fomentados pelo desencanto e sucessivas perdas sociais históricas, submetidas à barbárie neoliberal.

favorece essa dinâmica. Contudo, não é necessário que seja assim. (Barroco; Terra, 2012, p.73)

Eis, portanto, o nexos estabelecido com o aperfeiçoamento profissional, pois, como bem explica Guerra (2023) para o Assistente Social desempenhar seu trabalho precisa desenvolver as próprias relações sociais e de reprodução social como um todo, o que demanda mediações de complexos sociais (teoria, política, direito, ciência, técnica, entre outros) como forma de práxis. O que implica preparo teórico-metodológico alinhado ao Projeto Ético-Político para o desvelamento da complexidade da realidade e das expressões da “questão social”.

Contudo, tal dinâmica é mutilada no capitalismo ao transformar o sujeito em força de trabalho/mercadoria, em virtude do processo de produção da mais-valia que se extrai da exploração do trabalhador e do processo de alienação no capitalismo, imbricado por uma racionalidade que submete o movimento do trabalho, o desconfigurando ou (re) configurando-o a partir dos interesses de produção capitalista (Guerra, 2023).

Como aludido na introdução deste artigo, tanto Iamamoto (2015) quanto Boschetti (2015) elucidam que a reação (neo) conservadora não é uma novidade no interior da profissão, pois no Serviço Social (formação e atuação) ela se dá justamente pela negação do processo histórico enquanto totalidade em função da fragmentação e particularização na vida em sociedade (Iamamoto, 2015).

É incontestável e necessário reiterar que “[...] o conservadorismo nunca deixou de constituir o Serviço Social e, no momento presente, vem se reatualizando e se fortalecendo por algumas determinações societárias [...]” (Boschetti, 2015, p. 639). Sendo crucial compreender que:

Se o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou e nos permitiu construir o Projeto Ético-Político Profissional, não significa que ele o extirpou da profissão, até porque esta se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador, já apontadas. Conforme mencionado, nossa luta contra o conservadorismo vem enfrentando, nas últimas três décadas, um contexto de forte ofensiva capitalista, no contexto de uma crise mundial, com mudanças que impactam diretamente na classe trabalhadora e nos seus projetos de superação da ordem burguesa. (Boschetti, 2015, p. 642)

Na cena contemporânea (em que se estabelece o neoliberalismo e a crise do Capital) o que se verifica com a tendência neoconservadora e individualista é um movimento (o qual tem no conservadorismo a força motriz inesgotável para a manutenção da ordem capitalista), que defende o afastamento do Projeto Ético-Político e que coexiste com a trajetória de lutas e resistência que pretendem o enfrentamento ético-político de tais práticas (Boschetti, 2015; Barroco, 2011).

Parafraseando Teixeira e Braz (2009) é evidente, aparentemente, que a corrente situação não favorece a categoria, e, portanto, se necessita encará-la de forma competente e consciente quanto ao sentido “político-profissional” da profissão.

Destarte, considerando a relação coexistente entre o pensamento conservador e seu enfrentamento pelo Projeto Ético-Político Profissional, vê-se que a condição de *dever ser* estabelecida pelo Código de Ética de 1993 exige da categoria: capacidade crítica, qualificação teórica e articulação política alinhada aos valores e princípios ético-políticos e às normas que regulam a atuação profissional (Barroco; Terra, 2012).

3. O Aprimoramento Intelectual Profissional à Luz da Educação Emancipatória: Instrumento de Referência para a Resistência e Atuação Transformadora

As diversas produções teóricas desenvolvidas pelo Serviço Social indicam que o percurso histórico e social que marcou o redirecionamento ético e político da profissão nas décadas finais do século XX foi significativo para que se estabelecesse hegemonicamente a negação da base tradicional e conservadora, definindo-se a vinculação a um projeto de transformação societária comprometido com os interesses da classe trabalhadora (Barroco, Terra, 2012; Netto, 2006).

Por sua vez, a revisão do texto em 1993 do Código de Ética Profissional de 1986, ao se preocupar com a clareza na definição dos valores éticos e ético-políticos fundantes da categoria, bem como da normatização do exercício desta, alinhado à ontologia do *ser social*, possibilitou que os/as Assistentes Sociais direcionem suas práxis para a superação da ordem burguesa vigente e traduzam tais valores nas interações estabelecidas em seus espaços de trabalho (CFESS, 2012; Barroco, Terra, 2012).

No entanto, como referido no tópico anterior, isso não significa que o Serviço Social seja imune à influência do conservadorismo no que concerne à formação e a atuação profissional.

Ainda que o espaço sócio-ocupacional em que se insere os/as assistentes sociais esteja impregnado por demandas institucionais de cunho burocrático, fragmentado e imediatista, cuja práxis reproduz o pragmatismo e a acriticidade, é possível construir alternativas e possibilidades que permitam não só o atendimento das demandas institucionais e sociais, como desenvolver uma transformação emancipatória (Barroco, Terra, 2012).

Isso compreendido, sem fomentar ilusões e considerando o potencial de transformação emancipatória presente na capacidade crítico-interventiva do/a assistente social, Nascimento e

Horst (2019, p. 59) enfatizam que “[...] a instrumentalidade profissional, mediada pelo PEP, abre um leque de possibilidades de vislumbrar e tencionar a construção de respostas críticas em uma perspectiva de classe”.

É nesse sentido de superação da ordem hegemônica capitalista que Barroco (2006) e Mustafá (2020) referem o pensamento marxiano, cujo projeto político de classe propõe a revolução da ordem social com a eliminação do sistema de alienação por meio do *trabalho livre* na sociedade do *humanismo real* como definido por Marx.

É interessante considerar nesse processo o caráter teleológico imbricado à proposta de transformação da ordem em vigor, ao discorrer sobre os projetos societários em que “[...] as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins”. Netto (2006, p. 2) salienta que na ordem capitalista os interesses da classe dominante historicamente têm determinado o direcionamento do projeto societário vigente, corroborando, como elucida Alves (2007), para a apreensão do trabalho e sua subjetividade pelo modo de produção do capital.

Considerando justamente a necessidade de suspensão da alienação burguesa no processo de produção e reprodução social, Mészáros (2008), Nascimento e Horst (2019), Mustafá (2020), e Cardoso, Rodrigues e Nunes (2020) referem o processo educativo-formativo pela perspectiva marxiana como ferramenta essencial para desvelar a realidade social e caminhar rumo a uma nova ordem societária.

Haja vista que, a teoria social crítica de Marx possui a função ideológica de contribuir com o enfrentamento da luta de classes pelo desvelamento das condições e contradições sócio-históricas (Barroco, 2006), Mustafá (2020) ao analisarem sobre a educação de classe, por exemplo, atentam para o fato de que o sistema educacional, por muito tempo, tem servido enquanto meio de “adestramento para o trabalho”, beneficiando a classe dominante:

Sendo assim, muitas pessoas são excluídas do projeto educacional, ou permanecem inseridas nele, enquanto este serve aos interesses ideológicos das classes dominantes, no sentido de formar uma visão distorcida da realidade ou, enquanto instrumento indispensável para ocupar determinados postos de trabalho, que, diga-se de passagem, exigem o mínimo de escolaridade possível. (Mustafá, 2020, p. 181)¹⁴

¹⁴ Na ordem capitalista, a divisão social do trabalho promove a fragmentação e o desperdício das inteligências quando leva o ser humano, aprisionado pelas garras daquela ordem, a não ter mais condição de se desenvolver nem intelectualmente, nem adquirindo novas habilidades, limitando-se a executar as mesmas tarefas ou “especializando-se” numa atividade mecanicista que, com o passar dos anos, tende a produzir nele doenças que lhe destruirão a saúde de forma definitiva. A discussão sobre a divisão social do trabalho e suas consequências vem sendo pauta dos textos de insígnies marxistas tais quais Georgy Lukács em *História e Consciência de Classe* e István Mészáros em *Para Além do Capital*, no capítulo intitulado “O sistema comunal e a lei do valor”. Ali, na pag. 862, ele diz: “Em *História e consciência de classe*, Lukács é contundente na sua denúncia contra a divisão alienante do trabalho [dizendo que ela] faz os homens se ossificarem em sua atividade, faz deles autômatos nos seus trabalhos e os transforma em escravos de uma rotina”. Essas páginas são momentos polêmicos em que Mészáros aponta para essa discussão como erros de Lukács, que após a Revolução Russa e aquela Húngara também capitulará em nome de complexas situações que levaram aos países revolucionados a não terem como abolir a divisão social do trabalho. A discussão é complexa, mas nos dias atuais, ela precisa ser retomada e nós que somos

Criticamente, a autora permite que se recobre, a exemplo do que se trouxe linhas atrás acerca da exigência de “qualificação” profissional nos moldes dos interesses capitalistas, em que o processo educativo-formativo apresenta potencial de transformação, assim como de manutenção da realidade alienante.

Pensado pela perspectiva marxiana, o aprimoramento intelectual no Serviço Social demanda necessariamente a articulação crítica¹⁵ permanente entre teoria e prática, de forma que se consiga revisar e ultrapassar suas contradições e limitações, já que: “Em Marx, ela é radicalmente direcionada para a emancipação humana; a revolução, portanto, tem um sentido positivo para Marx, assim como o que, potencialmente, ela pode liberar: o trabalho como práxis positiva e emancipação humana” (Barroco, 2006, p. 197-198).

Desta forma, desenvolver o aprimoramento profissional - tomado como compromisso ético-político assumido no Código de Ética e articulado pela perspectiva da educação permanente - significa agir para a garantia da qualidade da intervenção, e logo, com os interesses dos usuários dos serviços em que a categoria atua:

Pautando-se no compromisso expresso no Código de Ética Profissional (1993), com a qualidade dos serviços prestados, é necessário que o/a assistente social reconheça a importância da formação permanente e se insira em processos que permitam a reflexão crítica de seu trabalho, considerando a dimensão da totalidade e que auxiliem na compreensão dos limites e das possibilidades objetivas e subjetivas da atuação profissional. (Cardoso; Rodrigues; Nunes, 2020, p. 77)

O potencial emancipatório estabelecido, portanto, na educação/formação permanente se apresenta na busca pelo aperfeiçoamento profissional ao se concebê-la como estratégia que viabiliza refletir a intervenção profissional no lócus em que este se insere, servindo de instrumento para lidar com as situações apresentadas no cotidiano de trabalho e nas relações

a favor de uma transformação societária precisamos elevar nossa capacidade intelectual ao máximo para deslindar o dever ser desta questão. A capacidade da classe operária de fabricar complexas máquinas, dividindo tarefas de modo racional é uma conquista inabdicável, pois mostra como, de fato, a união faz a força. O que faz com que aquele modo de produção se torne execrável é o operário ser transformado em objeto nas mãos gananciosas do patrão, impedindo o seu desenvolvimento. Mas os operários coalizados numa associação revolucionária de classe poderão, certamente, entrar num acordo para dividir tarefas e produzir coisas muito mais complexas do que meras máquinas: daquele novo modo, eles poderão se organizar, racionalmente, até mesmo para desmontar toda a sociedade capitalista, peça por peça, enquanto, paralelamente, montam, do zero, também, peça por peça, a sociedade da humanidade finalmente emancipada e poderão fazer isso, enquanto, no interior daquele processo, criam mediações que serão capazes de fazer com que cada operário individual vá, com o passar do tempo, aprendendo novas habilidades e variando sua posição e sua função, enquanto todos, em coletivo, constroem o mundo novo, no qual tudo será feito por todos e para todos totalmente. Em breve, pretendemos aprofundar mais esta questão, em artigos e em ensaios. (MASMM)

¹⁵ Nascimento e Horst (2019) salientam que a análise crítica permite desvendar as relações causais particulares firmadas “entre as demandas emergentes, as respostas institucionais, a precarização dos serviços e condições de trabalho e a atual dinâmica de funcionamento do capitalismo brasileiro.” (p. 58).

estabelecidas no seio do capitalismo (Arruda; Andrade, 2022). É por esta razão que se presume a necessidade de seu caráter permanente, pois é referente a um processo que se desenvolve com as experiências produzidas/vividas na prática profissional e que extrapola o cenário institucional, possibilitando, nas palavras de Pereira e Sarmiento (2022, p. 4), a “superação de velhas práticas e fortalecimento da dimensão política que perpassam o trabalho e a formação”.

Sobre essa necessidade, Oliveira (2022) salienta que a categoria profissional tem buscado historicamente “estratégias próprias, particulares e até coletivas” para alcançar seu aprimoramento intelectual por “métodos político-pedagógicos” que se diferem do que se entende por educação permanente como estatui o Código de Ética. Nessa busca pelo aperfeiçoamento profissional, a autora explica que:

Os cursos de extensão, capacitações breves, pós-graduação *strictu e/ou lato sensu*, fóruns de discussão, entre outras possibilidades de articulação têm abarcado as demandas destes profissionais, com vistas a auxiliar e/ou apoiar seu exercício profissional, diante da complexidade do movimento contínuo de uma sociedade regida pelo sistema capitalista. No entanto, os conteúdos tratados nestes espaços não correspondem necessariamente a uma relação direta com o fazer cotidiano no espaço sócio-ocupacional. Pode significar, em alguns casos, por exemplo, uma busca por conteúdos conforme o interesse por temáticas afetas do próprio assistente social. A partir destas formas de aprimoramento citadas, esta concepção de qualificação profissional é elucidada pela bibliografia como educação continuada. (Oliveira, 2022, p. 8)

Têm-se com isso uma confusão¹⁶ sobre o que significa aperfeiçoar-se profissionalmente por meio da formação/educação permanente, o que pode ser compreendido pelas demandas do mercado de trabalho que, como já explanado anteriormente, requisitam uma atuação profissional cuja formação apresente respostas técnico-operativas correspondente aos interesses da ideologia burguesa (Pereira; Sarmiento, 2022).

Convém esclarecer que, quando o conjunto CFESS-CRESS aponta a estratégia de educação permanente para a materialização dos princípios e valores estabelecidos pelo Código de Ética Profissional, significa que esta implica em sua essência “uma metodologia de formação político-pedagógica, imbuída na prestação de serviços por profissionais de um determinado espaço sócio-ocupacional” (Oliveira, 2022, p. 8), em que, segundo Oliveira (2022) disponha de um arcabouço *teórico-metodológico* agregador para o movimento de reflexão crítica sobre os cenários e processos de trabalho, a incorporação tecnológica e de novos instrumentais.

Com efeito, sabendo-se dos desafios impostos ao profissional sob a lógica do neoliberalismo nos espaços de atuação e formação, ainda que essa pauta, parafraseando Pereira

¹⁶ Embora a perspectiva de educação continuada acima referida também seja fundamental nesse processo de aprimoramento.

e Sarmiento (2022), seja pouco discutida pela categoria, necessitando de mais pesquisas para sua profundidade, é crucial reconhecer o potencial emancipatório nela contido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compromisso ético-político que se firma com o princípio sobre o aprimoramento intelectual permite aos profissionais compreender: que o processo educativo-formativo profissional não se limita ao cenário acadêmico, que a intervenção profissional possui caráter pedagógico, que não há prática desvinculada da teoria crítica e que o cotidiano de trabalho é um locus possível de superação da alienação.

Vê-se que a potencialidade concebida no princípio de aprimoramento intelectual alinhada à teoria social crítica de Marx, configura importante instrumento estratégico para o desvelamento das condições e contradições presentes na realidade social por meio da análise e mediação crítico-reflexiva e por isso mesmo se expressa como necessidade permanente, observando a intencionalidade de sua práxis em que se objetiva o enfrentamento do conservadorismo e uma atuação transformadora.

Logo, fica claro que a busca pela materialização do Projeto Ético-Político, considerando o referido princípio sem reforçar ilusões sobre a realidade social, implica consigo a construção/reivindicação de condições estruturais no espaço de atuação institucional que propicie a problematização dos aspectos conjunturais que perpassam o exercício profissional na contemporaneidade. Estabelecendo, para além disso, o compartilhamento de experiências e saberes, e o desenvolvimento de ações/propostas que não reforcem o conservadorismo, o pragmatismo e/ou tão somente práticas técnico-operativas em conformidade com os interesses institucionais, pautando-se no exercício profissional a concepção de emancipação humana preconizada por Marx.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Formas da reestruturação produtiva**. In: Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2a ed., Londrina - Praxis, Bauru, Canal 6, 2007, cap. 6, p: 155-184.

ARRUDA, Marina P. de; ANDRADE, Izabel C. Feijó de. **Educação Permanente e Educação Continuada**: Propostas complementares. Revista Gepesvida, nº 21, vol. 9, 2022.

BARROCO, Maria Lucia S. **Barbárie e neoconservadorismo**: os desafios do projeto ético-político. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

_____. **Fundamentos éticos do Serviço Social.** In.: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais*. CFESS/ABEPSS (Org.), Brasília, Unidade II, p. 165, 2009.

_____. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos.** Cortez Editora, 4a ed., São Paulo - SP, 2006.

BARROCO, Maria Lucia S. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** CFESS (Org.), Cortez Editora, 1a ed., 6a reimpressão, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do Conservadorismo.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CARDOSO, Priscila F. G.; RODRIGUES, Terezinha de F.; NUNES, Heloíse H. P. **Serviço Social e Formação Permanente:** Possibilidades de superação de cotidianos de alienação. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n.1, 2020.

CFESS. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.** CFESS, Brasília, 2012.

FERNANDES, Odete. **Categorias fundamentais para a compreensão da instrumentalidade no trabalho do assistente social.** CEDEPS, Curitiba – PR, p. 3, 2009.

GOULART, D. C. Soares. **A dimensão ético-política no fortalecimento do estágio supervisionado em Serviço Social.** III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: Expressões socioculturais da crise do Capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social. CRESS 6ª Região, BH, jun. 2013.

GUERRA, Yolanda. **O debate da instrumentalidade no Serviço Social e seus fundamentos.** 2023.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez editora, SP, ed., 2015.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais.** In.: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais*. CFESS/ABEPSS (Org.), Brasília, Unidade II, p. 236, 2009.

KONNO, Cristiane C. **A formação profissional na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.** 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Unioeste, Campus Cascavel, out. 2005.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe.** São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital.** Boitempo, 2a ed., São Paulo, 2008.

_____. **Para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx.** Boitempo, 1a ed., São Paulo, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-filosóficos.** Marxists Internet Archive, 2007. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>>.

_____. **Trabalho produtivo e trabalho improdutivo.** O Capital, livro I, capítulo VI. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). A dialética do trabalho - escritos de Marx e Engels. Coleção Trabalho e Emancipação, Vol. I, 2a ed., Editora Expressão Popular, São Paulo - SP, 2013.

MUSTAFÁ, Alexandra. Classe, alienação, ideologia: conceitos fundantes para uma educação classista. Cap. II, In: **Ética no Serviço Social Brasileiro:** Filosofia, política e formação profissional - um olhar geral para divulgação no Serviço Social Italiano. Edição Bilingue, Recife, ed. UFPE, 2020.

_____. Código de ética do/da assistente social — 25 anos: desafios do trabalho profissional. Cap. III, In: **Ética no Serviço Social Brasileiro:** Filosofia, política e formação profissional - um olhar geral para divulgação no Serviço Social Italiano. Edição Bilingue, Recife, ed. UFPE, 2020.

NASCIMENTO, Clara Martins do; HORST, Claudio Henrique Miranda. O enfrentamento ao Conservadorismo no Serviço Social a partir das campanhas do CFESS/CRESS. **Rev. Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 18, n. 1, p. 56-66, jan./jun. 2019.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. **Revista Inscrita**, Brasília, nº 10, 2007.

_____. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social. In.: Org. MOTA, Ana Elizabete, et al. **Serviço Social e Saúde:** Formação e trabalho profissional. Cortez editora, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Flávia Bastos de. **A educação permanente no locus de trabalho do Assistente Social.** IV Seminário Nacional: Serviço Social, trabalho e política social - SENASS, UFSC, Florianópolis, 2022.

SANTOS, Silvana M. de Moraes dos. **O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 104, p. 695-714, out./dez. 2010.

TEIXEIRA, Joaquina B; BRAZ, Marcelo. O Projeto ético-político do Serviço Social. In.: **Serviço Social:** Direitos Sociais e Competências profissionais. CFESS/ABEPSS (Org.), Brasília, Unidade II, p. 217, 2009.